TL 2579

DESCOLONIZAÇÃO

PUBLICAÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS, DA TUTELA E DA DESCOLONIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Nº 7 + Agosto de 1976

NÚMERO CONSAGRADO A TIMOR LESTE

I - O país e a população

II - Resumo histórico

III - Repercuções em Timor Leste da mudança de regime ocorrida em Lisboa

- Formação dos partidos políticos

Nota: Apenas foi traduzido parte deste relatório por acharmos que as restantes questões são mais desenvolvidas noutros documentos que fazem parte deste dossier.

I. O PAIS E A POPULAÇÃO

A Ilha de Timor está situada no extremo Ocidental do arquipelago de Nusatengara, a cerca de 9º de latitude sul e tem uma superfície total de 30.000 Km2 aproximadamente.

A parte ocidental da ilha, com excepção do enclave de Ocussi Ambeno, faz parte da República da Indonésia. A superfície que se achava sob a administração portuguesa era de 18.899 Km2 (7.400 milhas quadradas) e compreende a metade oriental da ilha, com o enclave de Ocussi, a noroeste, e a ilha de Ataúro, em frente à costa setentrional e a pequena ilha desabitada de Jacó, no extremo oriental.

Para além da Indonésia, com que Timor Leste tem fronteira comum terrestre, o vizinho mais próximo é a Austrália. Darwin, capital do Território Setentrional da Austrália, encontra-se, aproximadamente, a 400 milhas a sudoeste de Timor (1).

Geogràficamente, o terreno de Timor, escarpado com altas montanhas que se elevam abruptamente do mar, ao largo da costa setentrional. Vários picos excedem os 3.000 metros de altitude (9.000 pés). Uma cordilheira central de montanhas forma uma vertente, com rios que correm para o sul e para o norte. A planície costeira meridional é em geral, ampla, com zonas pantanosas na desembocadura e nos deltas dos rios.

O clima de Timor é tropical. Podem distinguir-se duas estações, durante o ano: uma seca que vai de Maio a Novembro, e uma chuvosa, de Dezembro a Abril, quando, sob a influência da monção de noroeste, são frequentes os aguaceiros violentos que tornam certas zonas, especialmente do interior montanhoso, completamente inacessíveis, por terra.

Segundo o censo de 1970, a população de timor português era de 609.477 habitantes. Os cálculos recentes populacionais flutuam entre 650.000 e 670.000 (2).

Em Dezembro de 1975, o território de Timor português ocupava o terceiro lugar, quanto à área geográfica, entre os territórios autónomos, depois da Rodésia e da Na

míbia, conforme a enumeração do Comité Especial, de Descolonização (3). Cerca de 30 Estados independentes das Nações Unidas têm menos de 1 milhão de habitantes.

Com excepção de alguns milhares de pessoas de ascendência chinesa, europeia e mista, a maioria da população é originária de Timor.

Fisicamente, o natural de Timor oriental apresenta uma mescla de características malaias e melanésias e tem, em geral, pele escura, e ligeira corpulência (4). Conquanto, até agora a língua portuguesa tenha sido o idioma oficial de Timor oriental, falam-se vários dialectos indígenas, um dos quais o Tetum que, com o português, serve de língua franca. O Tetum pertence ao grupo linguístico austronésio, relacionado com o malaio, embora se diferencie claramente do indonésio Bahasa(5).

A maioria dos naturais de Timor são animistas, mas, segundo as estatísticas mais recentes, cerca de 200.000 foram baptizados como católicos.

Economicamente, o território abandonado durante séculos pela metrópole está extremamente subdesenvolvido (6). Embora possua ao que se julga, no seu subsolo, jazigos de cobre, ouro, manganés e petróleo, a sua economia permanece agrícola e o café constitui 80% das exportações do território(7).

Há pouca indústria e a prospecção mineira limitou-se, até hoje, à exploração de petróleo, fundamentalmente, em frente da costa (8).

Segundo cifras publicadas numa informação do Banco Nacional Ultramarino, o único banco do Timor oriental, o PNB per capita é pouco superior a 40 dollars (USA) por ano. Portanto, o nível de vida não difere notàvelmente do da parte ocidental de Timor (9).

Diferentemente em relação às outras antigas colónias portuguesas, Timor desenvolveu fundamentalmente o seu comércio com países da região, em vez de com Portugal.

Do ponto de vista educacional, menos 10% da população sabe ler e escrever, conquanto a população em idade escolar tenha aumentado bastante, nos últimos anos (10).

Na capital, Dili, há um liceu. Não é pois surpreendente que o número de graduados universitários, que na sua maioria estudaram em Portugal, seja pequeno (11).

A organização social do Timor oriental, fora dos centros povoados mais importantes, apresenta analogias com a da

Nova Guiné: a propriedade colectiva da terra, os tribunais colectivos para regulação de conflitos, a estreita vinculação do trabalho das hortas, a recolha de alimentos e a celebração de cerimónias rituais, para colheita de bons resultados.

A diferença mais importante, em relação ao sistema da Nova Guiné reside na existência de régulos ou liurais hereditários, cujo poder os Portugueses sustentaram intencionalmente que, por falta de dinheiro e efectivos, aplicaram a política de "dividir para reinar", de maneira a manter, com premeditação, as animosidades entre as tribos e apoiar, sucessivamente, um chefe contra outro. (12)

II. BREVE RESENHA HISTÓRICA

O primeiro contacto europeu com Timor, do qual se tenha notícia, ocorreu entre 1512 e 1520, quando barcos portugueses visitaram a ilha, no decurso das suas viagens entre a Malaca e as Molucas. Mas só no último quartel do século XVI, um grupo de frades dominicanos, agindo sob a protecção da coroa portuguesa, se transformaram nos primeiros europeus que estabeleceram uma colónia permanente em Timor. (13)

Por meados do século XVII, os holandeses, perseguindo os Portugueses, expulsaram-nos das Molucas e das outras ilhas Índicas Orientais, com excepção das pertencentes ao grupo das Ilhas Menores do Arquipélago de Sonda: Timor, Solor e Flores. Em 1651, os Holandeses tomaram Kupang, no extremo ocidental de Timor, mas só no século seguinte alcançaram estabelecer-se na metade da ilha. (14)

A coroa portuguesa estava pouco interessada em Timor e o controle efectivo (sem oposição dos holandeses) ficou nas mãos dos frades dominicanos residentes. Só em 1702 a coroa portuguesa assumiu a administração oficial de Timor e nomeou um governador, sob a jurisdição do Vice-Rei da Índia, em Goa, estabelecendo-se sede em Lifau, na costa noroeste de Timor, onde hoje se encontra o enclave de Ocussi Ambeno. Em 1769, receando um ataque holandês, os Portugueses deslocaram a capital para Dili, a nordeste de Ocussi.

Em 1859, oito anos depois de deslojado das últimas posições em Solor e Flores, Portugal firmou um tratado com os Países Baixos, pelo qual abandonava as suas pretensões sobre estas ilhas e também fixava a fronteira entre o Timor holan

dês e o Timor português.

As fronteiras foram novamente revistas, pelo Tratado luso-holandês de 1904 e pela Sentença Arbitral de M. Lardy, de Junho de 1914, que consagrou a fronteira entre Timor ocidental e Timor oriental. (15)

Em 1896, Timor que fora governada conjuntamente com Mabau, desde 1844, converteu-se em colónia separada. Em 1910, verificou-se uma revolta importante contra a dominação portuguesa em Timor. Chefiava-a um liurai que conseguiu manter um governo no interior da ilha, durante 18 meses. O levantamento foi reprimido com a chegada dos navios portugueses de Moçambique e Lisboa, em Agosto de 1912. Mais de 3 000 timores teriam sido mortos e 4 000 prisioneiros, devido ao seu papel na rebelião.

O período entre as duas guerras foi de pausa geral, embora se regularizasse mais a administração e se tivesse aumentado o número de administradores portugueses. Mesmo assim, em 1928, só havia em Timor 200 civis e 300 militares portugueses, a quem o regime de Salazar deportara como indesejáveis políticos. (17)

A maior parte da administração estava a cargo desses deportados.

Durante a segunda guerra mundial, conquanto Portugal fosse um país neutral, os Japoneses e forças aliadas australianas e holandesas desembarcaram em Timor que passou a ser cenário de uma luta entre ambas as forças opostas. Não há dúvida que a ocupação japonesa foi particularmente brutal e a sua política impiedosa, no que respeita à distribuição de alimentos provocando a fome que assolou o território, causando 40 000 mortos. As cifras oficiais demonstram que a população de Timor oriental diminuiu, efectivamente, durante o período de 1930-1946, de 472 000 para 403 000 habitantes. (18)

Depois da segunda guerra mundial, a reconstrução de Timor português avançou a passo lento, por se continuar a considerar um recanto pouco importante do império colonial português. Em 1951, Timor passou a ser uma "província ultramarina" de Portugal e como todas as demais colónias portuguesas, segundo a mitologia salazarista, considerada parte integrante do Estado Português. (19)

Nos termos da Lei Orgânica do Ultramar de 1972, o território foi oficialmente designado "Região Autónoma da Repú

blica Portuguesa", dotada de uma Assembleia Legislativa, cujos membros eram eleitos numa base corporativa, mas o poder efectivo continuava a ser exercido em Lisboa.
II

III. REPERCUSSÕES, NO TIMOR ORIENTAL, DA MUDANÇA DE REGIME EM LISBOA

Formação de partidos políticos

Pouco depois de ter sido derrubado, em Portugal, em Abril de 1974, o regime de Caetano, surgiram, no territó - rio, três partidos políticos, preconizando cada um deles , diferentes soluções, quanto ao futuro de Timor. Eram eles a União Democrática de Timor (UDT), que apoiava a continua ção da presença portuguesa (20), a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) que pretendia a indepen dência completa de Timor, depois de um período de transição relativamente breve, e a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI) que era favorável à integração de Timor na Indonésia. (21)

A UDT era, inicialmente, dirigida por Mário Carrascalão, endinheirado plantador de café e engenheiro silvicul - tor, mestiço, que, pertencia à União Nacional Portuvuesa,an tigo partido do regime de Salazar/Caetano. (22)

Parece uqe essa foi uma das razões porque foi prontamente substituído por Francisco Lopes da Cruz, na Presidência da UDT. Era este indivíduo, director da publicação " A Voz de Timor", único jornal da colónia.

Domingos de Oliveira, funcionário público, associado, aos interesses comerciais de plantadores de café, passou a ser Secretário Geral.

Os partidários mais firmes da UDT eram funcionários públicos de nível superior; alguns régulos que também eram oficiais de 2ª linha, que consideravam a bandeira portugue sa, como símbolo místico; alguns comerciantes de origem chi nesa (23) e a comunidade portuguesa local. (24)

O partido teria recebido o estímulo oficial português, mediante subsídios e tempo nos programas de rádio, durante o período anterior à chegada do novo Governador português, em Novembro de 1974.

Inicialmente, a UDT era a favor de uma relação oficial e permanente com Portugal, com autonomia limitada ao territó rio. (25)

Contudo, ao cair o General Spínola e ao perder força a sua ideia inicial de federação de nações de língua portuguesa (26), a UDT começou a apoiar o conceito de independência, "depois de um período de 15 a 20 anos", que se reduziu progressivamente a "de três a cinco".

O programa do partido também declarou o seu apoio às liberdades democráticas básicas e que os funcionários do partido "não deviam ter pertencido a nenhuma ideologia política que apoiasse a anexação da província a qualquer Potência estrangeira" (27)

A UDT foi considerada por certos observadores do panorama político como sendo inicialmente o mais forte e mais influente dos partidos políticos de Timor. Todavia, segundo a opinião destes observadores, o facto de carecer de uma política positiva, a sua associação com o antigo regime, adicionado à sua resistência inicial a apoiar a meta final da plena independência, conduziu muitos dos partidários da UDT a deslocar o seu apoio para a FRETILIN, a qual na opinião generalizada, nos princípios de 1975, foi considerado ser o partido mais importante do território. (28)

Ao contrário da UDT, a FRETILIN nasceu dum grupo clandestino que tentara, sem êxito, organizar um movimento anti-português de libertação (29)

O manifesto inicial da FRETILIN afirmava o "direito à independência" de Timor Oriental e pedia a "participação imediata dos autoctones competentes, na administração e governo locais, assim como a rejeição do colonialismo e a luta enérgica contra o neocolonialismo" (30)

Ao princípio, o partido atraiu o apoio da pequena comunidade intelectual do território, assim como o dos funcionários civis de nível inferior, os professores e os estudantes e ainda os recentes emigrados provenientes das colinas para as localidades da costa setentrional de Timor.

O dirigente da FRETILIN é Francisco Xavier do Amaral, graduado do seminário jesuíta de Macau, que, no momento da fundação do partido, era funcionário do Governo, a nível médio. Outros dirigentes do partido são José Ramos Horta, jornalista do diário de Dili, "A Voz de Timor", cujas opiniões políticas deram origem a que tivesse de passar um certo período de exílio em Moçambique, sob o regime de Caetano; e Nicolau Lobato, mestre-escola.

Contratriamente às afirmações de alguns dos seus críticos,

no país e no estrangeiro, o programa da FRETILIN foi considerado por grande parte dos observadores da situação de Timor, como mais reformista do que revolucionário. Pedia a "eliminação gradual das relações coloniais" e uma reforma agrária, para que as propriedades rurais extensas e as terras férteis que não estivessem sob cultivação, fossem expropriadas e convertidas em cooperativas populares.

As escolas católicas e chinesas eistenses deviam manter-se, mas serem completadas com escolas populares e classes de alfabetização organizadas por "brigadas revolucionárias" de estudantes de ensino secundário, enviados das localidades às aldeias.

Dar-se-iam garantias às empresas económicas chinesas e estabelecer-se-ia, por todo o território, um sistema de cooperativas, permitindo a venda directa do produtor ao consumidor, com vista a facultar aos pobres os produtos básicos e a preços baixos. Permitir-se-iam o auxílio e o investimento estrangeiros, controlados.

A politica exterior da FRETILIN basear-se-ia numa política de não alinhamento e de boa vizinhança e não ingerência nos assuntos dos países da região. (31)

A APODETI é o único partido que, desde a sua fundação, pugnou pela união com a Indonésia. Este objectivo baseava-se na convicção, por parte do partido, de que a colónia não era economicamente viável, nem suficientemente desenvolvida, sob o ponto de vista político, para assumir uma posição de independência no mundo, assim como se baseava nos antecedentes étnicos e culturais comuns dos timorenses de ambas as partes da ilha.

Ao mesmo tempo, o manifesto do partido afirmava que "toda a escolha precipitada podia ser a ruína de Timor... dada a ausência de maturidade politica e economica de Timor" (32)

O Presidente da APODETI, Arnaldo dos Reis Araújo, passou um periodo de cativeiro, sob o regime português, em virtude da acusação, oficialmente reconhecida pela APODETI, de ter colaborado com os Japoneses durante a segunda guerra mundial(33)

Outros dirigentes da APODETI eram José Osório Soares, Secretário Geral do partido, e Guilherme Gonçalves, liurai de Atsabe.

Aparentemente, a APODETI obteve um escasso apoio do povo timorense e, foi considerada, na generalidade, o mais pequeno dos três partidos políticos que tinham surgido até Maio de

1974 (34)

Mais tarde, ainda no mesmo ano, formaram-se outros partidos políticos : o Klibur Oan Timor Aswain (KOTA) e o Partido Trabalhista (PT).

O KOTA era um partido monárquico que pugnava pela conservação dos régulos, ou liurais, como dirigentes tradicionais.

O Partido seria fundado por um punhado de pessoas que romperam com a APODETI, quando se tornou evidente que a Indonésia não manteria aos liurais o poder que os detinham tradicionalmente.

O KOTA, assim como o Partido Trabalhista, apenas contavam com um apoio mínimo. (35)

N O T A S

(1) Até há pouco tempo, a única ligação aérea regular, entre o Timor português e o mundo exterior, era um voo bissemal, entre Baucau e Darwin

(2) Vide Informação do Secretário Geral, em cumprimento da resolução 384 (1975) do Conselho de Segurança, S/12001, § 7.

(3) Vide Quadro VII da publicação das Nações Unidas, Descolonização, Vol.II, nº 6 (Dezembro de 1975).

(4) Encyclopaedia Britannica, Vol. 22 (edição de 1972).

(5) Vide J.J. Hoadley, "The Futur of Portuguese Timor", do Institute of Southeast Asian Studies (Singapura), Fascículo nº 27, de Março de 1975, e "Portuguese Timor" do Parliament of Australia, Legislative Research Service, elaborado pelo Foreign Affairs Group, em 14 de Março de 1975.

(6) Por exemplo, só em 1962, se dotou a capital de um serviço urbano de electricidade e, até 1964, Dili não tinha instalações portuárias, descarregando-se os navios, por meio de barcaças.

(7) A maior parte do café exportado é produzido por portugueses donos das plantações, alguns chineses e uma empresa de Estado. Vide Peter Hastings, "The Timor Problem", em Australian Outlook, Vol. 29, Nº 1.

(8) Até 1974, havia quatro companhias, todas com sede na Austrália, que procediam à prospecção petrolífera. Vide "Documentos Oficiais da Assembleia Geral, trigésimo período de sessões, Suplemento nº 23 (A/1000023/Rev.1), cap.VIII, anexo, sec. B. Em Janeiro de 1974, o Governo português outorgou uma concessão de prospecção de petróleo à Oceanic Exploration Company, dos Estados Unidos.

(9) Parliament of Austrália, Legislative Research Service, op. cit.

(10) Actas Oficiais da Assembleia Ceral, trigésimo período da sessão, Suplemento Nº 23 (A/10023/rev.1)Capítulo VIII,anexo, sec.B, §§ 54 e 56. O censo de 1950 apresenta o cálculo de que 95% da população era analfabeta,Ibid. décimo sétimo período de sessões, anexos, complemento ao tema 54 do programa (A/5160, le 2).

(11) Em fins de 1974, havia menos de 10 naturais de Timor, possuindo diplomas universitários. Ibid.op.cit. §56. Contudo, em 1975, havia 39 estudantes timorenses em universidades portuguesas e outros 38 iniciaram esses estudos superiores. (Hastings, op.cit.)

(12) Hastings, op.cit.

(13) C.R. Boxer, The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825, Capítulo V, Hutchinson and Co. Ltd. (london 1969).

(14) Ibid.

(15) Dutch Timor and the Lesses Sunda Silands; publicado por His Magesty's Stationery Office, Londres 1920.

(16) Helen Hill, The Timor Story(Melbourne 1976)

(17) Hastings, op.cit.

(18) Hastings, op.cit., e Parliament of Australia, Legislative Research Service, op.cit.

(19) Vide, infra, Segunda Parte, I A: Posição do Governo de Portugal.

(20) O manifesto da UDT, datado de 11 de Maio de 1974, expunha como objectivos fundamentais chegar a uma"autonomia progressiva", propondo uma participação crescente dos habitantes de Timor, em todos os sectores da Administração pública, mas "sempre sob a bandeira portuguesa" - citado por J. Stephen Hoadley, op.cit.

(21) A FRETILIN formou-se, de início, com o nome de "Associação Social Democrata Timorense".

(22) Hoadley, op.cit., vide também Documentos Oficiais da Assembleia Geral, op.cit.

(23) Embora se não disponha de dados oficiais recentes, sobre o

número de pessoas de origem chinesa, residentes em Timor, a maior parte das fontes estimam que esse número seja aproximadamente de 15 000.

(24) Calcula-se que o número de civis brancos seja inferior a mil

(25) A plataforma do partido favorecia a "autonomia progressiva" dentro de uma "comunidade portuguesa pluricontinental e multiracial".

(26) Antônio de Spínola, Portugal e o Futuro. Arcádia(Lisboa, Março de 1974)

(27) Parliament of Australia, Legislative Research Services, op. cit.

(28) Vide o documento sobre Timor preparadp pela Secretaria das Nações Unidas, em Documentos Oficiais da Assembleia Geral, trigésimo período de sessões, Suplemento nº 23 (A/10023/rev. 1), cap. VIII, anexo. sec. B; Parliament of Australia, op. cit. Stephen Hoadley, op.cit;Helen Hill, "Australia and Portuguese Timor - between principles and pragmatism", mono - grafia preparada para a Australasian Political Science Conference, (Camberra, Agosto de 1975)

(29) No começo do decênio de 1970, tinha apelado, sem êxito,para a Indonésia, no sentido de obter armas.

(30) Programa da Frente Revolucionária de Timor Oriental (revolutionary Front of East Timor), em "Struggle for East Timor" publicado por Europe-Third World Research Centre (Londres)

(31) Ibid. vide também Helen Hill. op.cit. Stephen Hoadley, op. cit. e Civil War in East Timor, em South East Asia Studies, Singapura) e Parliamente of Australia, Legislative Research Service, Foreign Affairs Group, monografia de 14 de Março de 1975.

(32) Parliament of Australia(...) op.cit.

(33) No decurso do debate, no Conselho de Segurança, sobre Timor, em Abril de 1976(vide Notas 262 e 263), Guilherme Gonçalves, dirigente da APODETI, e "Presidente do Conselho Assessor do Governo Provisório de Timor Oriental", disse: "todos, em Timor, sabem que o sr. Arnaldo Araújo não colaborou com os aliados, contra os Japoneses, durante a segunda guerra mundial, como o fizeram outros dirigentes populares da Ásia. Os povos coloniais dessa época viam, no Japão, o seu libertador e aliado contra os seus opressores europeus" (S/PV 1909,pp42 a 45).

(34) Vide: Documentos Oficiais da Assembleia Geral (...) Nº

23, sec. B; artigos citados por Peter Hastings, Stephen Hoadley, Helen Hill, op.cit. e Parliament of Australia (...) op. cit., também o jornal diário The New York Times, de 19 de Outubro de 1974.

(35) Ibid.